

“Tancredo deve renegociar a dívida”

A sugestão foi feita ontem por Carlos Langoni, ex-presidente do Banco Central. Ele acha que Tancredo deve assumir posição de liderança entre os devedores.

O ex-presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, levou ontem ao vice-presidente da República, Aureliano Chaves, as suas sugestões para que a Frente Liberal incentive o governo Tancredo Neves a promover mudanças radicais na renegociação da dívida externa brasileira. Segundo Langoni, o governo Tancredo vai tomar posse com tal respaldo político e popular que poderá coordenar a renegociação da dívida de toda a América Latina e ainda liderar o processo de modernização do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Como professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e consultor da Organização das Nações Unidas (ONU), Langoni lançará, ainda este mês, o livro “A Crise do Desenvolvimento — uma Estratégia para o Futuro” e admitiu que sua proposta para a renegociação da dívida externa está próxima da idéia do representante do PMDB na Comissão para o Plano de Ação do Governo Tancredo (Copag) e ministriável Celso Furtado.

A renegociação proposta pelo ex-

presidente do Banco Central parte do princípio de que os juros da dívida externa constituem as fontes dos grandes males da economia brasileira: os encargos pagos aos banqueiros internacionais respondem por parcela substancial do déficit público no País e esse saldo em vermelho do governo alimenta a hiperinflação.

Por isso, Langoni insiste na tese de que o novo governo brasileiro pode impor a mudança na postura tradicional dos banqueiros e do FMI para que os programas de ajuste das economias dos países devedores estejam atrelados aos respectivos programas de desenvolvimento. Dos banqueiros, os países devedores devem obter a redução dos serviços da dívida e o compromisso de que concederão volume mínimo de dinheiro novo para que as suas economias resistam a eventuais acidentes no quadro econômico mundial.

Langoni e Furtado concordam que os países em desenvolvimento não suportam o pagamento de juros superiores à medida histórica de 6% ao ano. Apenas diferem nas opções para a li-

mitação dos encargos, com a sua capitalização parcial. Enquanto o economista do PMDB propõe decisão unilateral, o professor vinculado à Frente Liberal considera mais viável a solução negociada.

Segundo Langoni, em seus contatos informais, sentiu que banqueiros europeus aceitam mecanismos de capitalização parcial dos juros da dívida externa. Agora reiterou que cabe ao governo Tancredo coordenar a ação comum do Brasil, México, Argentina, Peru e outros devedores do continente para quebrar a resistência dos grandes bancos norte-americanos contra a capitalização de juros.

Não passa pela cabeça de Langoni propôr o cartel dos devedores. Ele explicou que os governos latino-americanos devem apenas ver os pontos comuns para negociar com os credores que já agem de forma coordenada. Ressaltou que os bancos têm o seu comitê de coordenação, como o presidido por William Rhodes, vice-presidente do Citibank, para negociar a rolagem da dívida dos grandes devedo-

res da América Latina e não falam em cartel de credores.

Na nova estratégia de renegociação da dívida externa dos países em desenvolvimento, o ex-presidente do Banco Central disse que o FMI continuará a ter grande papel a cumprir, como órgão multilateral, mas com atuação mais voltada para o ajuste com crescimento. “O novo estilo de atuação do FMI deveria tornar menos vulneráveis as economias dos países devedores, e sem esquecer as margens de manobra que esses países precisam para a retomada do crescimento econômico” — observou Langoni.

Após o encontro com Aureliano, Langoni reiterou a sua convicção de que o governo Tancreto tem todo o respaldo que precisa para atacar “os grandes problemas da economia brasileira”, mas não quis comentar a hipótese de choques entre a futura política econômica, e a ortodoxia do FMI. Destacou que a hora é de mudanças no FMI e as suas propostas estão no livro que lançará na próxima semana.

De qualquer maneira, Langoni res-

saltou que Tancredo terá cacife político para não ficar apenas na retórica e partir para a liderança do movimento que leve o FMI a aceitar o processo de modernização,

adaptado à nova realidade de que o órgão precisa abandonar certas ortodoxias adotadas há 40 anos, em que os países necessitavam de assistência para problemas conjunturais e não estruturais como os de hoje.

